Art. 12.º Todos os membros da Comissão são solidários nos pareceres emitidos, e as suas votações, quando tenham que as fazer, serão secretas.

Art. 13.º De todas as sessões se lavrará uma acta, que será assinada por todos os membros presentes.

Art. 14.º A guarda de toda a documentação fica a cargo do chefe da Secretaria Geral, por onde será feito o expediente e fornecido o material necessário para este.

Art. 15.º Em todos os casos omissos neste regulamento será o Ministro da Instrução Pública quem resolverá.

Paços do Governo da República, 8 de Maio de 1929. — O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Bólsa Agrícola

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte decreto:

Decreto n.º 16:631

Considerando que no relatório do decreto n.º 15:914, de 31 de Agosto de 1928, se quis estabelecer o princípio da imprevisão, por virtude do qual «o Governo teria o dever de ter em consideração um desastre para a indústria moageira», ou, pelo contrário, «o direito de correcção por via tributária» dos lucros da mesma indústria, provenientes da aquisição de trigos exóticos;

Considerando que o preço dos trigos nos mercados externos sofreu uma considerável baixa, posteriormente à publicação do decreto n.º 15:914, permitindo assim que a indústria da moagem os tenha adquirido por preço inferior àquele que serviu de base para a fixação do imposto constante do mesmo decreto;

Considerando também que no apuramento das contas referentes ao bônus de \$12 em quilograma, consignado no decreto 14:905, de 14 de Janeiro de 1928, se verifica que o Estado é devedor à moagem por uma certa importância, e sendo conveniente arrumar definitivamente este assunto;

Tendo em atenção as representações feitas pelos industriais da moagem e da panificação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevado o imposto sobre o trigo exótico

cuja importação foi autorizada pelo decreto n.º 15:914 a \$37 por quilograma de trigo importado pelo porto de Lisboa e a \$34 por cada quilograma importado pela barra do Porto.

Art. 2.º As firmas importadoras deverão entrar nos cofres do Estado no prazo de trinta dias, contados da publicação deste diploma no *Diário do Governo*, com as importâncias em dívida dos trigos já importados, applicando-se-lhes o imposto corrigido pelo presente decreto e mediante liquidação suplementar feita nas alfândegas.

Art. 3.º É o Governo autorizado a abrir um crédito especial da importância necessária para pagamento das quantias que se mostrarem em dívida à moagem pelo bônus de \$12 consignado no decreto n.º 14:905, de 14 de Janeiro de 1928.

§ único. A liquidação destas será feita pela 12.ª Repartição da Contabilidade Pública no prazo indicado no artigo anterior, sobre os elementos fornecidos pelos interessados e pela Bólsa Agrícola, ficando a mesma Repartição autorizada a empregar os meios que julgar convenientes para apuramento exacto das referidas quantias.

Art. 4.º São considerados nulos e de nenhum efeito os autos levantados por transgressão dos artigos 1.º e 12.º do decreto n.º 13:460, de 8 de Abril de 1927, sempre que esses autos verifiquem o fabrico ou venda de farinha de extracção inferior à fixada naquele artigo 1.º e bem assim o fabrico de pão com esta farinha, e respectiva venda.

Art. 5.º Na verificação das infracções do artigo 14.º do decreto n.º 13:460, de 8 de Abril de 1927, em julgamento dos autos de transgressão levantados, deverá sempre atender-se a que o pão de formatos pequenos permitido pelo artigo 18.º do mesmo decreto podia ter sido fabricado até o limite máximo de 350 gramas.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Março de 1929. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Bacelar Bebião — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.